7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI): “Rumo à multipolaridade? Tensões, alianças e o lugar do Brasil na ordem global”

06, 12, 13 e 14 de dezembro de 2024

Área Temática: Análise de Política Externa

ATENTO A POSSÍVEIS INTRIGAS E AO FUNCIONAMENTO DESENFREADO DAS IMAGINAÇÕES: A VISÃO DE MUNDO DE SARAIVA GUERREIRO SOBRE O ENTORNO REGIONAL

Ana Paula Marino de Sant’Anna Reis (PPGRI UERJ)
Bolsista da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)

RESUMO EXPANDIDO

A política externa que se desenvolveu no governo de João Batista Figueiredo (1979-1985) ficou conhecida como Universalismo. Saraiva (2012, p. 61) e Visentini (2004, p. 271) afirmam que os estudos sobre a política externa do período são deixados de lado por diversos analistas, fazendo com que as realizações do Universalismo não sejam discutidas.

Cervo e Bueno (2015, p. 458) afirmam que a política externa do Universalismo possuía uma “retórica reivindicatória terceiro-mundista”. Visentini (2004, p. 275-276) argumenta que a política externa do Universalismo definia “o país como parte do Terceiro Mundo”, atuando em “fóruns internacionais em convergência com o Movimento Não-Alinhado”, mas salienta também que o Brasil não integrou esse movimento. Havia, de fato, inserção internacional global e favorecimento das relações Sul-Sul, com países de Terceiro Mundo.

Apesar de afirmar-se como Terceiro Mundo ter sido uma mudança em política externa, no governo anterior, de Ernesto Geisel (1974-1979), com a política externa do Pragmatismo Responsável e Ecumênico, já tinha sido desenvolvida uma política externa ousada, de ruptura com as políticas anteriores (Visentini, 2004, p. 197 e 204). O Universalismo deu continuidade e aprofundou determinações feitas no governo anterior.

Em relação ao entorno regional, contudo, deve-se marcar uma grande diferença. Todos os presidentes da ditadura militar falavam que a América Latina era prioridade, mas foi somente no governo Figueiredo que essa prioridade saiu do discurso e foi para a prática, sendo a América Latina o eixo prioritário da política externa Universalista, e a América do Sul, particularmente, colocada no centro das atenções do Itamaraty (Visentini, 2004, p. 277 e 293). O Universalismo, portanto, não foi uma mera continuidade, mas um marco importante nas relações externas brasileiras pela construção de relacionamento aprofundado e especial com o entorno regional.

Silva e Silva (2020, p. 4), aplicando a teoria de Hermann (1990) sobre mudanças em política externa, afirmam que do governo Geisel para o governo Figueiredo, ocorre uma mudança de objetivo da política externa em relação ao entorno regional do Brasil, diferente do que acontecia anteriormente, com ajustes. Isto quer dizer que, para esses autores, a mudança foi muito mais intensa nesse período. Fontes dessa mudança estão no processo de reestruturação doméstica do Estado brasileiro e choques externos, como a crise da dívida externa da América Latina e a intensificação da Guerra Fria, fazendo com que a região desempenhasse um papel central na política externa.

Para entender essa relação do Brasil com seu entorno regional no governo Figueiredo, este artigo buscou construir a visão de mundo de Saraiva Guerreiro, ministro das Relações Exteriores no governo Figueiredo, sobre o entorno regional brasileiro. Apesar de Guerreiro

(1992, p. 125) alertar em seu livro que “é preciso estar sempre atento a possíveis intrigas e ao funcionamento desenfreado das imaginações”, esta pesquisa pretende buscar em textos e entrevistas, dele, de pesquisadores e de diplomatas que trabalharam com ele, quais eram as suas imaginações, inclusive quando inserido em intrigas regionais.

Para Goldstein e Keohane (1993), as visões de mundo são formadas com base na cultura e nos costumes, tendo relação com toda a trajetória dos atores políticos, construída no decorrer de sua interação social. Os *road maps* são mapas ou roteiros, que servem como ferramentas para que os decisores cheguem até o resultado que eles almejam. Os *road maps* podem ser incorporados em instituições, gerando um modelo de conduta interno, mas também podem ser construídos a partir das visões de mundo dos atores, e serem um mecanismo de raciocínio desses decisores sobre temáticas específicas. Os *road maps* nos fornecem a compreensão da correlação entre os interesses dos atores, suas metas e estratégias políticas.

Esta pesquisa utilizou a técnica de Análise de Conteúdo no livro “Lembranças de um Empregado do Itamaraty” de Saraiva Guerreiro, buscando as citações ao entorno regional e analisando a forma como o ministro fala sobre nossa região. Além disso, outras fontes foram utilizadas, como entrevistas que o ministro e outros diplomatas concederam ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC FGV). A partir da obtenção dessas informações, quatro temáticas principais foram selecionadas, buscando compreender por meio da teoria das ideias quais eram os interesses, metas e estratégias implementadas pelo ministro: relações com a Argentina, crises políticas no entorno regional, liderança regional e pertencimento e integração regional. Esta pesquisa pretende contribuir para uma compreensão mais detalhada sobre o governo Figueiredo, assim como contribuir para pesquisas que busquem compreender a construção da aproximação do nosso país com nossos vizinhos.

INTRODUÇÃO

A política externa que se desenvolve no governo de João Batista Figueiredo (1979-1985) ficou conhecida como Universalismo. Saraiva (2012, p. 61) e Visentini (2004, p. 271) afirmam que os estudos sobre a política externa do período são deixados de lado por diversos analistas, fazendo com que as realizações do Universalismo não sejam discutidas. Cervo e Bueno (2015, p. 458) afirmam que a política externa do Universalismo possuía uma “retórica reivindicatória terceiro-mundista”. Visentini (2004, p. 275-276) argumenta que a política externa do Universalismo definia “o país como parte do Terceiro Mundo”, atuando em “fóruns internacionais em convergência com o Movimento Não-Alinhado”, mas salienta também que

o Brasil não integrou esse movimento. Havia, de fato, inserção internacional global e favorecimento das relações Sul-Sul, com países de Terceiro Mundo.

Apesar de afirmar-se como Terceiro Mundo ter sido uma mudança em política externa, no governo anterior, de Ernesto Geisel (1974-1979), com a política externa do Pragmatismo Responsável e Ecumênico, já tinha sido desenvolvida uma política externa ousada, de ruptura com as políticas anteriores (Visentini, 2004, p. 197 e 204). Em relação ao entorno regional, contudo, deve-se marcar uma grande diferença de estratégia. Visentini (2004, p. 277) afirma que foi a primeira vez que a América Latina, "enquanto prioridade da política externa brasileira, ultrapassava a posição retórica e as iniciativas de alcance limitado". O Universalismo, portanto, não foi uma mera continuidade, mas um marco importante nas relações externas brasileiras pela construção de relacionamento aprofundado e especial com o entorno regional.

Silva e Silva (2020, p. 4), aplicando a teoria de Hermann (1990) sobre mudanças em política externa, afirmam que do governo Geisel para o governo Figueiredo, ocorre uma mudança de objetivo da política externa em relação ao entorno regional do Brasil, diferente do que acontecia anteriormente, com ajustes. Isto quer dizer que, para esses autores, a mudança foi muito mais intensa nesse período.

Fontes dessa mudança estão no processo de reestruturação doméstica do Estado brasileiro e choques externos, como a crise da dívida externa da América Latina e a intensificação da Guerra Fria, fazendo com que a região desempenhasse um papel central na política externa. Saraiva (2012, p. 60) comenta que apesar dessa modificação no formato do relacionamento com o entorno regional, o caso de Cuba não foi resolvido no governo Figueiredo. A questão de Cuba era uma temática ainda muito sensível em um cenário de forte oposição da direita aos movimentos internos de abertura.

Este artigo propõe uma reflexão sobre essa aproximação brasileira com os vizinhos latino-americanos a partir da utilização da teoria das ideias de Goldstein e Keohane (1993) aplicada a entrevistas concedidas pelo chanceler na época, Saraiva Guerreiro, assim como também aplicada no livro de autoria do chanceler, "Lembranças de um Empregado do Itamaraty", no qual aplicou-se o método de Análise de Conteúdo. A partir da obtenção dessas informações, quatro temáticas principais foram selecionadas, buscando compreender por meio da teoria das ideias quais eram os interesses, metas e estratégias implementadas pelo ministro: relações com a Argentina, crises políticas no entorno regional, liderança regional e pertencimento e integração regional. Esta pesquisa pretende contribuir para uma compreensão mais detalhada sobre o governo Figueiredo, assim como contribuir para pesquisas que busquem compreender a construção da aproximação do nosso país com nossos vizinhos.

TEORIA E METODOLOGIA DA PESQUISA

Goldstein e Keohane (1993, p. 3-8) ao pensar sobre a área de Análise de Política Externa, valorizam as ideias como fatores explicativos sobre os resultados produzidos na implementação deste tipo de política. Esses autores compreendem que as ideias influenciam a política externa quando as crenças aumentam a clareza dos atores sobre os objetivos a serem perseguidos, quando afetam os resultados de situações nas quais não há um equilíbrio único, e quando são incorporadas nas instituições. Os autores explicam que as ideias podem ser de três tipos: visões de mundo, crenças de princípio ou principistas e crenças causais. Além disso, há três situações nas quais as ideias podem afetar a política: quando as ideias fornecem *road maps*, ou roteiros, que são as ferramentas que auxiliam os atores a chegarem até os resultados que eles esperam; quando as ideias são pontos focais que geram a formação de consensos e; quando são incorporadas em instituições por meio de regras e normas, gerando estratégias para um fim específico.

As visões de mundo são formadas com base na cultura e nos costumes, tem relação com toda a trajetória de cada ator político, toda a forma como ele pensa e age no mundo construída no decorrer de sua interação social. As visões de mundo estruturam as opiniões das pessoas sobre a vida humana e a moralidade das práticas e escolhas. (Goldstein; Keohane, 1993).

Esta pesquisa analisa o primeiro tipo de ideias abordado por Goldstein e Keohane (1993), as visões de mundo, compreendendo que elas influenciam a construção dos *road maps* dos formuladores de política externa. É a partir da investigação das visões de mundo dos formuladores que podemos determinar as origens das preferências dos atores. Os *road maps* nos fornecem a compreensão da correlação entre os **interesses dos atores, suas metas e estratégias de políticas.** Os *road maps* são úteis para os atores quando fornecem caminhos possíveis em situações de múltiplos equilíbrios, ou seja, para o pesquisador, que analisa a ação tomada por um ator, o *road map* explica porque aquele ator agiu daquela forma, naquela circunstância.

Além dessa compreensão de teoria das ideias, esta pesquisa aplica a técnica de análise de conteúdo. A análise de conteúdo é uma forma de interpretação de texto, escrito ou oralizado, mas não é a única. Seu propósito é extrair significados aparentes ou não, para que seja possível compreender o texto. De acordo com Pinto (2023, p. 74) a análise de conteúdo é um exame sistemático de objetos e artefatos – podendo ser discursos, documentos oficiais, gravações em áudio e vídeo e livros, por exemplo – que transmitem mensagem contendo informações. A autora fala que a análise de conteúdo se baseia em dois significados desses objetos e artefatos: seu significado manifesto, que é óbvio e aparente, e seu significado

latente, a interpretação que pode ser dada das informações contidas nesses objetos e artefatos. Para que seja possível empreender a análise de conteúdo, a autora explica que é importante estudar o contexto de produção e as emoções humanas que produziram aquele objeto ou artefato.

Chizzotti (2010, p. 116) explica que na análise de conteúdo é feita uma mensuração da frequência média das ocorrências, e, a partir da obtenção desses números, é possível estabelecer associações relevantes acerca dos sentidos da comunicação que está sendo pesquisada. A análise de conteúdo é, portanto, uma estratégia a ser seguida, com critérios definidos pelo pesquisador, que extrai conteúdo do objeto ou artefato analisado que permite inferências sobre ele.

Para colocar em prática a análise de conteúdo, devemos fazer primeiro uma pré-análise, organizando o material a ser investigado; em seguida deve-se explorar o material, com classificação e codificação das fontes para que seja possível um terceiro momento, de tratamento de resultados e dedução lógica. No caso do segundo momento, Silva e Hernández (2020) afirmam que é possível delimitar as classificações e categorias previamente, ou somente no decorrer das análises. Categorização para as pesquisadoras é “classificação de elementos constitutivos de um conjunto seguindo critérios previamente definidos”, e é a partir da categorização que “é possível extrair os significados temáticos, a frequência da citação de alguns temas e/ou palavras, e uma infinidade de possibilidades que também dependem da criatividade e curiosidade do pesquisador” (Silva; Hernández, 2020, p. 10-13).

Chizzotti (2010, p. 117) afirma que além de buscar esses elementos no texto, é importante que o pesquisador procure também fazer uma leitura do contexto e das circunstâncias que a comunicação foi feita, isto porque, ter uma leitura subjacente, buscando o que está além do que é manifesto, é importante. Para o autor, o pesquisador deve refletir sobre “as omissões, as ignorâncias consentidas, as preferências seletivas por palavras, os tempos ambíguos”. No caso desta pesquisa, essa observação é bastante importante, tendo em vista que a escolha pelo uso do termo América Latina ou América do Sul pode ter significados idênticos ou diferentes.

AS INTRIGAS LATINO-AMERICANAS E A RELAÇÃO COM O BRASIL

Diversas iniciativas de integração regional se desenvolveram no período, como o apoio brasileiro à criação da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) em agosto de 1980, substituindo a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), e o apoio à criação da Organização Latino-Americana para o Desenvolvimento (OLADE), com foco em cooperação energética. Outra iniciativa regional importante foi o Grupo de Cartagena, que

buscou uma ação conjunta latino-americana para os problemas da dívida externa, que todos os países da região estavam passando, compreendendo que o problema da dívida era uma questão política, mas evitando se comprometer com soluções radicalizadas, para não trazer problemas para a relação do Brasil com seus credores. Esses mecanismos multilaterais se inserem no Universalismo como canais reais de atuação da política externa.

O papel da América Central na política externa do período também deve ser levado em consideração. O país atuou de forma incisiva, condenando internacionalmente os EUA e reafirmando os princípios de não intervenção e autodeterminação, deixando claro que o problema tinha relação com questões estruturais da região e não com o conflito Leste-Oeste, como era o argumento estadunidense. Em 1985, já no governo de José Sarney, o Brasil aderiu ao Grupo de Apoio (com Argentina, Uruguai e Peru) que se unia ao Grupo de Contadora (México, Colômbia, Panamá e Venezuela), padronizando a ação latino-americana contra a intervenção estadunidense no continente americano.

O contencioso que vinha se desenvolvendo com a Argentina, quanto ao aproveitamento dos rios platinos, foi resolvido em outubro de 1979, após poucos meses de governo Figueiredo, com a assinatura do Acordo Tripartite entre Brasil, Argentina e Paraguai, e que possibilitou a finalização da construção da hidrelétrica de Itaipu. Candeas (2010, p. 211) comenta que antes mesmo da assinatura do acordo, ambos os países mantinham esforços para que a relação bilateral não ficasse totalmente abalada pela controvérsia, com a realização de missões empresariais, por exemplo. O autor ainda afirma que havia um “clima de satisfação tão elevado nos meios oficiais argentinos que chegou a circular a ideia de criação de um bloco no Cone Sul”.

A Guerra das Malvinas/Falklands, em 1982, foi como um grande teste para esse novo relacionamento entre os países sul-americanos. Para o Brasil, envolver-se nesse conflito poderia gerar problemas complexos nas relações do país com os dois lados do confronto, já que o relacionamento com a Argentina tinha melhorado significativamente depois do Acordo Tripartite de 1979, e o Brasil enfrentava problemas econômicos que geravam diálogo necessário com os países desenvolvidos, incluindo nesse grupo o Reino Unido.

A relação do Brasil com os países amazônicos nesse período merece atenção. O Itamaraty já tinha modificado a sua forma de atuação desde o governo anterior, quando assinou o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) em 1978, mas durante o governo Figueiredo houve maior proximidade, dando especial destaque às questões de defesa com países limítrofes. O presidente Figueiredo também fez visitas oficiais ao Peru, que também passou por processo de redemocratização na década de 1980, e à Colômbia, movimento inédito do Brasil, reforçando os interesses em laços concretos com os países de seu entorno regional (Chaves, 2013, p. 109-111).

O caso do Suriname também merece destaque. O Brasil reconheceu a independência do Suriname em 1975 e este país faz parte do TCA desde sua criação. Após a deflagração de golpe militar no Suriname e ascensão ao poder de Desiré Bourtese em 1980, houve tentativa estadunidense de operação na região. Bouterse controlou o país por meio de violência política e étnica. O país passou a viver sob estado de emergência, sem parlamento e sem constituição, além de ter certa aproximação com Cuba (Chaves, 2013, p. 111). Após instaurada a crise no Suriname, os Países Baixos, que antes eram os colonizadores do Suriname, e os EUA suspenderam o apoio econômico ao país. Além da aproximação com Cuba, o Suriname também ficou próximo de outros países como a Nicarágua e a Líbia, o que gerou certo receio internacional de uma guinada comunista no país sul-americano em crise (Urt, 2009, p. 144).

De acordo com Urt (2009, p. 143), como o Suriname era um país da América do Sul, o governo Figueiredo compreendia que ele era área de forte interesse brasileiro e se envolveu na questão. Além disso, o autor explica que a aproximação com o que era conhecido como região das Guianas, já que o Suriname era anteriormente Guiana Holandesa, faz parte da doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG) como região importante. O Brasil manteve seu posicionamento de apoio à não-intervenção, contudo, aumentou sua proximidade com a situação, para acompanhamento, com realização de visita oficial do chanceler Guerreiro e a criação da “missão Venturini”, uma missão diplomática liderada pelo general Danilo Venturini para desenvolver cooperação com o país em crise, trazendo uma alternativa a Cuba (Urt, 2009, p. 144). Dentre os esforços de cooperação, o Brasil vendeu armas para o governo do Suriname entre os anos 1983 e 1986 (Chaves, 2013, p. 111).

AS IMAGINAÇÕES DE GUERREIRO

Saraiva Guerreiro era baiano, nascido em Salvador no dia 02 de dezembro de 1918 e faleceu no dia 19 de janeiro de 2011. Ele fez faculdade de direito na Universidade do Brasil, que depois se tornou a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Entrou na diplomacia a partir de 1945. Trabalhou na embaixada em Washington de 1956 até 1960. (Guerreiro, 1992, p. 203-204; Silva, 2019, p. 158-159). Durante o período que Guerreiro esteve em Washington, trabalhando com o embaixador Amaral Peixoto, ficou encarregado da política interna estadunidense e América Latina, por três anos e dez meses. Em entrevista concedida ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC), Guerreiro afirmou que foi um período de sua vida diplomática de acúmulo de informação sobre a América Latina, diferente de qualquer outro momento que passou no ministério, e pôde fazer uma desmistificação do interesse estadunidense sobre a

região, compreendendo que eles atribuíam baixo nível de prioridade para os países latino-americanos (Guerreiro, 2009, p. 139-147).

Sua participação em espaços que valorizavam o entorno regional permaneceu na década de 1960, quando era primeiro-secretário. Guerreiro participou das sessões do Tratado de Montevidéu, que criou a ALALC, e chefiou a Divisão da América Setentrional em 1961. Guerreiro participou da delegação da Reunião de Chefes de Estado Americanos em 1967 (FUNAG, 2021; Silva, 2019, p. 159).

O livro “Lembranças de um empregado do Itamaraty” foi escrito por Saraiva Guerreiro, sendo uma espécie de autobiografia. Este livro foi desenvolvido entre fevereiro e junho de 1991 e publicado em 1992 pela Editora Siciliano. O livro possui 204 páginas e é dividido em prefácio, oito capítulos, posfácio e um “sobre o autor” ao final. Na aba do livro, também conhecida como orelha, encontra-se um texto escrito por Celso Lafer.

Os capítulos do livro de Guerreiro versam sobre diversas temáticas, sendo o primeiro sobre o Terceiro Mundo e no segundo capítulo, discute se a política externa brasileira, que ele desenvolveu e até o momento da escrita do livro, era alinhada, independente, responsável, principista ou “prescindente”. O termo “prescindente” foi usado bastante na imprensa para criticá-lo. O capítulo III está ligado a questões de segurança e temas de organizações internacionais. Os capítulos IV, V e VI são ligados à nossa vizinhança: América Latina, Rio da Prata, os andinos, Caraíbas, América Central, México e os EUA. O sétimo capítulo fala sobre as relações do Brasil com a Europa e a Ásia e o oitavo sobre a África.

A seleção dos elementos constitutivos do conjunto/categoria “entorno regional” foi feita de duas formas, (1) previamente, com a seleção inicial dos elementos “América do Sul” e “América Latina”, e (2) com o decorrer da análise documental, adicionando outros elementos constitutivos, conforme tabela 1. Para o cálculo das ocorrências dos elementos constitutivos os títulos dos capítulos, assim como o sumário, não estão sendo considerados.

A tabela 1 mostra a recorrência de cada elemento constitutivo do conjunto “entorno regional”, assim como os capítulos nos quais eles foram mencionados e as páginas. Os elementos constitutivos foram agrupados em subcategorias dentro da categoria “entorno regional”, sendo elas: América Latina, América do Sul, América Central e Caribe. Foi possível obter 127 ocorrências da categoria “entorno regional”, que é o somatório de todas as ocorrências dos seus elementos constitutivos, contando todas as páginas do livro, excluindo títulos e sumário. Apesar de Guerreiro escrever três capítulos que falam do entorno regional, estes elementos constitutivos selecionados a partir da análise do livro foram encontrados nos capítulos I, II, III, IV, V, VI e VII, não estando no prefácio, capítulo VIII (sobre a África) e posfácio. Levando em consideração que o livro tem 204 páginas, há uma média de ocorrência de termo do grupo entorno regional a cada 1,61 página, demonstrando como a temática é

bastante relevante para Guerreiro. O cálculo de média, portanto, nos auxilia a perceber como elementos do conjunto entorno regional são frequentes e a tabela 1 nos auxilia a entender onde a frequência é maior e quais termos são mais frequentes.

Foram selecionados 25 elementos constitutivos, que representam partes do que seria o entorno regional, mas também que podem ser usados como sinônimos desse termo em alguns casos. Buscou-se preservar o termo no formato que está escrito, por isso inclui-se "Caraíbas" e não "Caribe", como hoje é mais usual e "*Latin America States*" em inglês, como Guerreiro optou por usar ao escrever uma citação de um livro na página 157. Quando as páginas na tabela 1 estão com números entre parêntesis ao lado, quer dizer que aquele elemento constitutivo foi citado mais de uma vez naquela mesma página. A seguir, a tabela 1:

Tabela 1 - Análise de Conteúdo do livro "Lembranças de um empregado do Itamaraty" de Guerreiro (1992)

			Ocorrências	Localização	
				Capítulos	Páginas
Categoria	Subcategoria	Elementos Constitutivos	127	-	-
Entorno Regional	América Latina	país(es) latino-americano(s)	12	I, III, IV, V, VI	15, 44, 46, 74, 75, 115, 116, 121, 140, 156, 157, 158
		países ibero-americanos	1	I	15
		América Latina	20	I, III, IV, V, VI, VII	17 (2), 18, 19, 41, 45 (2), 91, 101, 107, 115, 122, 123, 141, 148, 155, 156 (2), 158, 166
		esquema sub-regional	2	II	33 (2)
		nações latino-americanas	1	II	34
		república latino-americana	1	II	35
		américa hispânica	1	III	38
		latino-americano/a(s)	32	III, IV, V, VI, VII	33, 42, 50, 54 (2), 61, 76, 81, 82, 85 (4), 92, 100, 105, 106, 114, 116, 119, 121, 145, 154, 155, 156, 158, 165, 166 (2), 173 (2), 176
		ALALC	2	V	132 (2)
		ALADI	3	V	132 (3)
		nossa região	1	V	133
		Latin America States	1	VI	157
		Contadora	12	V	140 (4), 141, 142 (5), 146 (2)
	América do Sul	andinos	1	V	136
		grupo andino	5	V	132, 133 (3), 136
		países andinos	4	V	132, 133, 139, 142
		países da bacia do Prata	1	IV	114
		sul-americano/a(s)	2	III, IV	47, 121
		capitais sul-americanas	1	III	74
		América do Sul	7	IV, V, VI	91, 119, 121, 130, 132, 142, 157
		países sul-americanos	1	V	137
	América Central	centro-americano	2	III, V	82, 139
		América Central	9	IV, V, VI	106, 136, 137, 139, 140, 146, 154 (2), 156
		países centro-americanos	2	V	137, 139
	Caribe	Caraíbas	3	II, V, VI	34, 126, 156

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de análise de conteúdo do livro “Lembranças de um empregado do Itamaraty”, seguindo a categoria entorno regional.

Como é possível observar na tabela 1, o termo mais utilizado foi “latino-americano/a(s)”, com 32 ocorrências. Optou-se por incluir nesse elemento constitutivo todas as menções no masculino e no feminino, assim como no plural. Somente separamos o uso do termo “latino-americano” quando estava nas seguintes locuções: país(es) latino-americano(s), nações latino-americanas, república latino-americana, ALALC, ALADI e *Latin America States*. Essa separação foi feita porque facilita encontrar quando realmente está se falando em países/Estados. O segundo elemento constitutivo mais citado foi “América Latina”, 20 vezes. Em terceiro lugar, temos dois elementos constitutivos, com 12 menções cada um: país(es) latino-americano(s) e Contadora. A forma de contabilizar país(es) latino-americano(s) é a mesma de “latino-americano/a(s)”, para conseguir abranger tanto no singular, como no plural.

Guerreiro traz um comentário interessante sobre a Carta das Nações Unidas, afirmando que as referências ao direito internacional que constam nesse tratado foram incorporadas por iniciativa dos latino-americanos, por causa de sua “tradução jurídica regional importante” (Guerreiro, 1992, p. 50). Em seguida, falando sobre a comissão da ONU sobre codificação do direito e o projeto de declaração, ele afirma que este estava “muito do gosto latino-americano”, e afirma também que os brasileiros são “autênticos latino-americanos”, mas em relação à linguagem são “mais pobres quanto à amplitude de linguagem e mais hesitantes na afirmação de conceitos” (Guerreiro, 1992, p. 54).

Sobre a questão com a Argentina sobre Itaipu-Corpus, Guerreiro (1992, p. 92) afirma em seu livro que “sem a solução dessa última grande controvérsia do Brasil na região, teria sido impossível a política latino-americana do presidente”. Nesta parte do livro, cabe ressaltar que Guerreiro (1992, p. 92-93) narra os acontecimentos desde o governo anterior, demonstrando que houve momentos que Azeredo da Silveira tentou resolver a questão e não conseguiu, ou por falta de disposição dos argentinos, ou por movimentos internos brasileiros que dificultavam o estabelecimento de diálogo com o país vizinho.

A discussão seguinte no livro de Guerreiro é sobre a Guerra das Malvinas/Falklands. Guerreiro (1992, p. 102) relata que na hora que os jornalistas que o acompanhavam foram buscar uma declaração sua sobre a invasão, ele fez “a declaração certa”, dizendo que o Brasil reconhece o direito argentino sobre as ilhas desde 1833, quando da invasão inglesa, e reafirmou o interesse brasileiro em apoiar uma solução pacífica da questão.

Outro assunto relatado no capítulo IV é a crise econômica enfrentada pela América Latina e os aumentos sucessivos da taxa de juros nos EUA, que fora discutida entre Guerreiro e Dante Caputo, chanceler argentino do governo Alfonsín, quando visitou o Brasil em maio de

1984. De acordo com Guerreiro (1992, p. 114-115), Caputo sugeriu uma declaração conjunta de chefes de governo da região expressando preocupação com o efeito das ações estadunidenses sobre suas economias, Figueiredo concordou e Guerreiro se ofereceu para fazer um rascunho de declaração e entrar em contato com outros chanceleres da região, mais precisamente da Colômbia e do México. A partir dessa discussão, a Colômbia sugeriu uma reunião dos países latino-americanos para falar de suas dívidas, que ocorreu em junho daquele ano – que ficou conhecida como Consenso de Cartagena.

Guerreiro (1992, p. 122) relaciona o processo de democratização brasileiro com a política externa e a América Latina. Inicialmente, ele usa o termo América do Sul, depois fala em América Latina, demonstrando não haver, nessa circunstância temática, necessária divisão para sua explicação. O diplomata afirma que há "clara indicação da relação de nossa democratização, em curso no governo Figueiredo, com a nossa política externa" e que o movimento de redemocratização tem "valores e conduta que encarnam a vontade nacional" e "incorporam [...] o sentido de mudança que vive a América Latina, que acreditamos ser irreversível e não aprisionável por artifícios ou adiamentos. Nem acreditamos possam ser legitimamente estimulados por pressões ou juízos de valores externos". Ele complementa afirmando que "ou a democracia é um processo endógeno ou não dura muito".

Na entrevista ao CPDOC, ao falar sobre o Suriname, Guerreiro afirmou que levou para Figueiredo uma proposta de cooperação técnica e de abrir um centro cultural no país, e o presidente concordou com as ideias, mas disse que o Brasil não tinha dinheiro. Guerreiro visitou a capital, Paramaribo, e disse que foi uma viagem de grande êxito, e que prometeu algumas coisas no campo cultural, mesmo sem dinheiro. Em janeiro de 1981, o presidente Chin-A-Sem perguntou sobre as forças armadas do Brasil e disse que gostaria de fazer uma cooperação militar, Guerreiro respondeu que teria boa vontade e o convidou para enviar uma comissão para o Brasil. Meses depois, um golpe ocorre no Suriname, sob controle de Bouterse (Guerreiro, 2009, p. 504-506).

Guerreiro ainda complementa sua análise sobre o Suriname explicando que Bouterse começou a ter um posicionamento terceiro mundista bastante combativo, fazendo com que Cuba percebesse e enviasse para a embaixada no Suriname um diplomata bastante ativista. Esse posicionamento de Bouterse acontece quando ele para de ter apoio holandês e estadunidense, e com essa aproximação a Cuba, o Suriname passa a adentrar as preocupações estadunidenses, de acordo com Guerreiro. Nesse momento, outras pessoas do governo, Otávio Medeiros e Venturini, o procuram para falar da situação do Suriname e dizer que Figueiredo queria que o Venturini fosse ao Suriname, como seu emissário pessoal, e ele afirmou na entrevista que no momento ele achou ótimo, porque falava já há pelo menos

dois anos da importância do Suriname, e que o Brasil se aproximasse, mostrando outra opção para os líderes surinameses. (Guerreiro, 2009, p. 507-508).

Pensando os problemas externos, daqueles que de alguma forma tinham relação próxima com o Brasil, Guerreiro comentou na entrevista dada ao CPDOC que o governo de Figueiredo não tinha muitos recursos para fazer intervenções ou ações mais complexas, mas isso não queria dizer que o Brasil iria posicionar-se como aquele que nada faria. Na verdade, Guerreiro disse que o Brasil, naquele momento, agia "conforme o caso, conforme os méritos do caso, e aceitando que a realidade é a realidade", ou seja, não se omitindo, mas com "presença modulada, adequada à realidade" (Guerreiro, 2009, p. 511-512). Além disso, Guerreiro afirmou ao pensar sobre os anseios de projeção internacional do país, que ele "não achava que o Brasil pudesse ser eternamente uma potência sub-regional apenas", ele compreendia que em "uma ou duas gerações para adiante" o Brasil poderia alcançar mais prestígio internacional, e para isso, precisava "começar a semear desde logo" (Guerreiro, 2009, p. 196).

Guerreiro (1992, p. 132) afirma que as relações do governo Figueiredo com os países andinos melhoraram muito, mas que o grupo andino foi incompreendido no esforço de integração que empreendeu, sendo vistos como aqueles que "estavam querendo tomar uma linha divisionista na América do Sul." É neste momento que ele fala sobre a ALALC e a ALADI, explicando que a ideia de integração andina não era compatível com a ALALC, mas com a criação da ALADI, passou a ser possível esse tipo de iniciativa.

Sobre a Nicarágua, Guerreiro (1992, p. 138-139) comenta que sua política externa também foi acusada de "prescindente" por não ter se envolvido na situação conflituosa no país. Ele afirma que parte da imprensa falava em "riscos que se formavam em nossa 'fronteira norte'", ao referirem-se a este cenário instável. Guerreiro sinaliza que ele não considerava a América Central como vizinha, como 'fronteira norte', apesar de ele nomear este capítulo V como "Ainda a vizinhança. América Latina. Os andinos. Caraíbas, América Central e México". A seguir trecho dessa sinalização de Guerreiro.

> [...] Em primeiro lugar, a América Central não é nossa fronteira norte; é fronteira sul dos Estados Unidos e México. Nossa fronteira norte são as Guianas e os países andinos, cada vez mais aproximados do Brasil.
> Em segundo lugar, não tínhamos uma posição na sub-região que nos permitisse influência e o desempenho de um papel próprio. Teríamos de seguir uma ou outra tendência, cada qual com estranhos patronos. De fato, quem podia influenciar Somoza eram os Estados Unidos. (Guerreiro, 1992, p. 139).

A partir desta argumentação que Guerreiro (1992, p. 140) introduz a discussão sobre as críticas que o governo Figueiredo recebia na imprensa em relação ao Grupo de Contadora. Guerreiro (1992, p. 141) faz uma afirmação sobre como as críticas ao Brasil seriam infundadas. Ele afirmou que "às vezes nos criticavam por não darmos um apoio real ao grupo

de Contadora, mas apenas um apoio político. Como se tratava de um grupo político, tal apoio lhe era útil e era o apropriado."

Concluindo o capítulo VI, "A OEA e o Hemisfério Ocidental como conceito político. Estados Unidos da América", Guerreiro (1992, p. 158) traz uma afirmação sobre a necessidade de os países latino-americanos compreenderem que não vão ser criadas iniciativas de apoio estadunidense para o desenvolvimento da região, sendo a única solução os próprios latino-americanos buscarem sua integração, sendo ingenuidade "pensar que qualquer dos grandes blocos tem interesse em uma 'relação especial' com a América Latina".

Sobre a ideia de integração, Guerreiro comentou na entrevista ao CPDOC que os vizinhos do Brasil não tinham medo de usar este termo, mas o Brasil entendia que integração era "mercado comum, ausência de tarifas dentro da área e tarifa comum externa" e como o país não estava preparado para tal, tinham precaução em usar o termo. Quando assumiu a chancelaria, Guerreiro reuniu aqueles que trabalhariam com ele e disse "olha, não vamos ter medo das palavras", explicando que se os outros a utilizam, o Brasil poderia utilizar também, o que aproximaria o país de agrupamentos regionais, como era o caso do Grupo Andino (Guerreiro, 2009, p. 449-450).

No capítulo VII, com o título "Europa e Ásia", Guerreiro (1992, p. 165-166) relembra uma situação que passou em 1978, quando era embaixador na França, e participou de evento que era um encontro mensal entre os latino-americanos e uma personalidade francesa. Neste encontro, que ocorrera com François Mitterrand, o embaixador da Colômbia falou sobre os efeitos negativos que a França gerou na América Latina, advindos da colonização. Segundo Guerreiro (1992, p. 166), Mitterrand perguntou a ele sobre o Brasil, e obteve como resposta um discurso de Guerreiro sobre as diferenças de formação do Estado brasileiro e dos demais vizinhos participantes dessa reunião. A seguir pode-se ler o que Guerreiro afirma ter respondido a Mitterrand, salientando que apesar do Brasil ter um povo latino-americano, sua história era diferente.

> [...] foi um príncipe que proclamara nossa independência e seu principal conselheiro político, José Bonifácio de Andrada, não era advogado, não estudara na França, mas naturalista e estudara em Upsala, na Suécia. Recordei que a Constituição do Império do Brasil era democrática, mas previa moderação no processo, a ser exercida pelo monarca, conforme idéias [sic] do francês Benjamin Constant, conhecido por seus compatriotas pelos affaires d'amour com Madame de Stael e por um romance secundário, Adolphe. A monarquia mantivera a unidade do país e certas aparências, apesar de o nosso povo ser do gênero latino-americano (Guerreiro, 1992, p. 166).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As decisões que Guerreiro tomou no exercício do cargo foram construídas por meio do que ele entendia que era o entorno regional, sobre como ele via a posição do Brasil na região e como ele entendia que se inserem os interesses nacionais na região. Seguindo a teoria de Goldstein e Keohane (1993), podemos afirmar que as ideias de Guerreiro sobre o

entorno regional são fatores explicativos para os resultados obtidos na política externa de Figueiredo. Tanto sua visão de mundo, quanto suas crenças de princípio, estruturam sua opinião e servem como mecanismos para aumentar a clareza de Guerreiro ao analisar os desafios enfrentados e os objetivos a serem perseguidos durante o governo Figueiredo em relação ao entorno regional.

A partir da leitura de "Lembranças de um Empregado do Itamaraty" podemos destacar que o entorno regional, para Guerreiro, permeava toda sua discussão, independente da temática que estava sendo apresentada. Ao trazer o tema do Terceiro-Mundo, ele falava da região, assim como quando citava sua vida como embaixador na Europa, a região voltava a ser mencionada. Como constatado na seção anterior, em um livro de 204 páginas, há uma média de uma ocorrência de termo ligado a entorno regional a cada 1,61 páginas.

O termo latino-americano/a(s) foi utilizado 32 vezes durante o livro, e em segundo lugar está América Latina, com 20 ocorrências. País(es) latino-americano(s) teve 12 ocorrências, assim como Contadora. Deve-se ressaltar que muitas vezes as menções eram para a América Latina, mas utilizada como sinônimo de América do Sul, ou deveria ser mais adequado, pelo contexto, utilizar América do Sul. Em outros momentos, Guerreiro diferencia um do outro, como no início do capítulo IV, no qual fala que a América Latina, mas, principalmente, a América do Sul eram prioridade da política externa brasileira.

A seguir temos uma tabela (tabela 2) com o resumo dos interesses, metas e estratégias de Guerreiro para essas quatro temáticas abordadas: relação com a Argentina, crises políticas no entorno regional, liderança regional e pertencimento e integração regional. E após a tabela, reflexões sobre cada um dos temas selecionados afim de concluir a discussão do artigo.

Tabela 2 - Interesses, metas e estratégias adotadas por Guerreiro

	RELAÇÃO COM A ARGENTINA	CRISES POLÍTICAS NO ENTORNO REGIONAL	LIDERANÇA REGIONAL E PERTENCIMENTO	INTEGRAÇÃO REGIONAL
Interesses	Resolver as divergências sobre o uso dos rios da Bacia do Prata. Construir boa relação diplomática.	Solucionar as crises na região sem intervenção estadunidense.	Brasil não deve ser líder em qualquer circunstância. É autêntico latino-americano, mas tem suas divergências históricas.	Resolver os problemas econômicos da região de forma conjunta.
Metas	Estabelecer e manter bom relacionamento, apesar das divergências iniciais.	Marcar posição e não intervir. Se for país limítrofe, engajamento mais robusto.	Estar próximo de quaisquer iniciativas regionais, mas nem sempre liderando, as vezes só apoiando e observando.	A ação conjunta do entorno regional é a solução para os problemas econômicos da região, e não os EUA. Estar próximo de quaisquer iniciativas regionais.
Estratégias	Negociação do Acordo Tripartite. Assinatura de acordos em	Apoio ao Grupo de Contadora marcando o posicionamento do país, sem muito engajamento.	Mantém contato com o Grupo de Contadora. Participa do Grupo de Cartagena.	Participar do Grupo de Cartagena, da ALADI e da OLADE.

	diversas frentes econômico-políticas. Atuação conjunta política, com base na confiança.	Engajamento maior na crise do Suriname, sem intervenção.	Participa da ALADI.	Afirmar que o problema da dívida é um problema político e não meramente econômico. Ter cuidado no uso do termo integração, pelo temor da ideia de mercado comum.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir das investigações do artigo, utilizando a teoria de Goldstein e Keohane (1993).

Seu interesse e sua meta com a Argentina, logo no início do governo Figueiredo era resolver o problema do uso dos rios da Bacia do Prata, dizendo que ia estudar a questão de forma técnica. O Acordo Tripartite foi um grande marco das relações entre Brasil e Argentina, produzido em negociações complexas e sigilosas. Vale destacar que, em seu livro, Guerreiro não considerava sua boa relação com a América Latina como uma inovação, pois afirmou o interesse de Silveira em ter boas relações com a Argentina, apesar dos problemas e das dificuldades da outra parte em estabelecer diálogo, assim como a pretensão de Figueiredo de ter uma política externa para a região, resolvendo os problemas com a Argentina.

Com a invasão das ilhas Malvinas/Falklands, Guerreiro teve que lidar com outro problema, definindo seus interesses, suas metas e estratégias. Ele prontamente demonstrou que o Brasil reconhecia, desde 1833, a soberania argentina sobre as ilhas, mas tinha como meta uma solução negociada. Sua estratégia foi o envio de aeronaves, mas somente de monitoramento, para deixar o Brasil com imagem de não engajado no conflito e não alterando os combates.

Como estratégia para essa questão da Argentina como um todo, tanto na questão dos rios, como na crise da invasão das ilhas Malvinas/Falklands, podemos perceber que Guerreiro compreendia que apesar da rivalidade subjacente sempre existente com a Argentina, era melhor uma atuação conjunta política, com base na confiança, até porque o Brasil tinha poderes maiores, em questões materiais, que a Argentina.

Em seu livro, Guerreiro criticou aqueles que exigiam do governo Figueiredo atuação mais forte em problemas regionais, como o caso da Nicarágua e a constituição do Grupo de Contadora. Como Guerreiro valorizava o aspecto material e econômico como recurso de poder, colocava diversas vezes o Brasil como um país que não deveria intervir e liderar em alguns assuntos que não eram tão próximos da chancelaria, como o caso dos problemas na América Central. Seu discurso de valorização da integração, contudo, parece deixar claro sua compreensão de que a ação brasileira externamente não poderia acontecer de forma isolada.

Por outro lado, a atuação brasileira na situação de crise política no Suriname durante o governo Figueiredo merece destaque. Por ser um país fronteiriço, o peso do Suriname enfrentando problemas políticos era muito maior para a política externa do Brasil do que a

Nicarágua. Guerreiro salientou na entrevista dada ao CPDOC que o Brasil agia “conforme o caso, conforme os méritos do caso, e aceitando que a realidade é a realidade”.

O interesse e meta de Guerreiro neste caso era, desde antes de deflagrada a crise, a aproximação com o Suriname em cooperação técnica e cultural. Com a crise, Guerreiro deu apoio e assistência os intuitos do governo, fez viagem ao Suriname e apoiou a missão Venturini. A estratégia traçada pelo governo, com direcionamento tanto de alas militares, como do presidente e de Guerreiro, foi de não buscar substituir os Países Baixos, intervindo ou exercendo tutela, nem de ação ideológica, como temia ser possível com a aproximação cubana, mas de apresentar um outro caminho aos surinameses. Foram assinados acordos, compras de alumínio e arroz, demonstrando confiança para com a outra parte.

Sua visão de mundo acerca do entorno regional era ligada ao interesse de estar próximo dos países da região, participar de iniciativas de cooperação e integração, nem sempre com o objetivo de liderar, mas de demonstrar apoio e ser observador. A posição que o Brasil ocupava no mundo e na região naquele momento, enfrentando uma grave crise econômica, não parecia dar margem para construção de liderança regional ou global. Ao mesmo tempo, afirmou na entrevista ao CPDOC, que ele concedeu em 1985, logo após sair do ministério, que ele “não achava que o Brasil pudesse ser eternamente uma potência sub-regional apenas”, ele compreendia que em “uma ou duas gerações para adiante” o Brasil poderia alcançar mais prestígio internacional, e para isso, precisava “começar a semear desde logo”.

Guerreiro via o Brasil como autêntico latino-americano, mas com linguagem mais pobre e hesitante em afirmar conceitos. Reafirmava as diferenças quando falou sobre a história do Brasil, em contraste com a história da América Latina e as formas divergentes de influência da França nessas histórias. Falou também dos problemas comuns, como países de Terceiro-Mundo, subdesenvolvidos e que enfrentavam problemas graves de dívida externa.

A todo momento Guerreiro parece fazer um movimento de aproximação e de afastamento, se diferencia dos demais, mas se considera parte de um grupo, apoia problemas regionais, mas não o faz com o engajamento que era esperado pela categoria que ele mesmo define como “opinião pública”. A ideia de liderança para Guerreiro parece ser um problema, que há dificuldade de afirmar o interesse brasileiro em liderar, regionalmente e projetar-se para além do entorno regional.

No livro, Guerreiro comenta que a solução de problemas econômicos da região, para Guerreiro, não era recorrer aos EUA, estes que não demonstravam interesse em solucioná-los, mas sim a via da integração e cooperação. Na entrevista concedida ao CPDOC, Guerreiro falou que desde quando trabalhou em Washington, de 1956 a 1960, já percebia que o interesse estadunidense sobre a região era baixo, colocando a América Latina em baixo nível

de prioridade. Por diversos momentos, portanto, Guerreiro deixa a entender que percebe a solução para os problemas do entorno regional a partir do próprio entorno regional, sabendo que o auxílio externo dos EUA não é prioridade para essa potência, logo, não deve ser visto como algo possível.

Em outro momento da entrevista, Guerreiro relata que os outros países do entorno regional do Brasil não tinham medo de usar o termo integração, mas que no Brasil havia o entendimento de que integração era necessariamente "mercado comum, ausência de tarifas dentro da área e tarifa comum externa", e que o país não estava preparado para essas questões, o governo tinha precaução de usar o termo.

Guerreiro falou em seu livro sobre a boa iniciativa do Grupo Andino. Seu entusiasmo com a importância de não ter medo da integração tem relação com a valorização que ele deu para a região em todo o livro, além de ter feito parte da delegação de criação da ALALC, dos esforços iniciais da ALADI e ter apoiado a OLADE, mas é possível que os ventos da década de 1990 tenham levado Guerreiro a essa conclusão, tendo em vista que o Brasil, no momento que ele escrevia o livro, criou o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Além disso, a afirmação de que o problema da dívida externa da região era um problema político, a ser discutido dentro do Grupo de Cartagena, é mais uma demonstração de favorecimento da integração regional.

Isto demonstra que havia interesse em agir em conjunto, de forma integrativa, em diversas frentes, em busca de desenvolvimento econômico e solução de problemas econômicos comuns. A estratégia que foi empregada foi o cuidado no uso do termo integração, apesar de valorizar espaços de integração, para não caracterizar as ações como necessariamente um caminho inevitável para um mercado comum. O que é bastante curioso, tendo em vista que a partir do governo seguinte, o Brasil passou a se empenhar em fortalecer iniciativas conjuntas com os vizinhos, que levou de fato a criação do MERCOSUL na década de 1990.

REFERÊNCIAS

CANDEAS, A. **A integração Brasil-Argentina**: história de uma ideia na "visão do outro". Brasília: FUNAG, 2010.

CASTELAN, D. R. A. Implementação do Consenso: Itamaraty, Ministério da Fazenda e a Liberalização Brasileira. **Contexto Internacional**, v. 32, n. 2, p. 563-605, 2010.

CERVO, A.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil.** 5. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2015.

CHAVES, D. S. O Universalismo Da Política Externa Brasileira: Novos Mundos No Ocaso Da Ditadura Militar Brasileira. **PRACS**: Revista Eletrônica De Humanidades Do Curso De Ciências Sociais Da Unifap, 2013.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** 3. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2010.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (Brasil). **Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro.** Fundação Alexandre de Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD). História diplomática. Ministros de Estado das Relações Exteriores. 21 nov. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/ramiro-elysio-saraiva-guerreiro. Acesso em 05 out. 2023.

GOLDSTEIN, J.; KEOHANE, R. Ideas and Foreign Policy: an analytical framework. In: GOLDSTEIN, J.; KEOHANE, R. (Ed.) **Ideas & foreign policy:** beliefs, institutions, and political changes. Ithaca-London: Cornell University Press, 1993.

GUERREIRO, R. E. S. Conferência do Ministro de Estado das Relações Exteriores Ramiro Saraiva Guerreiro, na Escola Superior de Guerra do Rio de Janeiro, em 13 de julho de 1979. **Resenha de Política Exterior do Brasil.** n 22, jul., ago. e set. 1979a.

GUERREIRO, R. E. S. Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro em Nova York, em 24 de setembro de 1980, por ocasião da abertura da XXXV Sessão da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas. **Resenha de Política Exterior do Brasil.** n 26, jul., ago. e set. 1980a.

GUERREIRO, R. E. S. Entrevistas do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, ao jornal El Clarin, concedida em Brasília, em 30 de abril de 1980 e publicada em 3 de maio de 1980. **Resenha de Política Exterior do Brasil.** n 25, abr., mai. e jun. 1980b.

GUERREIRO, R. E. S. **Lembranças de um empregado do Itamaraty.** São Paulo: Ed. Siciliano, 1992.

GUERREIRO, R. E. S. **Ramiro Saraiva Guerreiro (depoimento, 1985/1991)**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009.

HERMANN, C. F. Changing Course: when governments choose to redirect foreign policy. **International Studies Quarterly**. Oxford, v. 34, n. 1, p. 3-21, 1990.

PINTO, V. C. **Métodos de pesquisa em Relações Internacionais**. São Paulo: Ed. Contexto, 2023.

RICUPERO, R. **A diplomacia na construção do Brasil 1750-2016.** 1. ed. Rio de Janeiro: Versal Ed. 2017.

SARAIVA, M. G. **Encontros e Desencontros**: o lugar da Argentina na Política Externa Brasileira. Belo Horizonte: Ed. Fino Traço, 2012.

SILVA, Á. V. C. **A busca pela sobriedade**: o processo de aproximação bilateral entre Brasil e Argentina (1974-1985). 2019. 206 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, D. C. da; HERNÁNDEZ, L. G. Aplicação metodológica da análise de conteúdo em pesquisas de análise de política externa. **Revista Brasileira de Ciência Política**. n. 33, 2020.

SILVA, N. M. P. da.; SILVA, Á. V. C. Do Pragmatismo Ao Universalismo: A Mudança De Estratégia Da Política Externa Brasileira Para A América Latina No Governo Figueiredo (1979-1985). **Revista NEIBA – Cadernos Argentina-Brasil**, v. 9, p. 1-19, 2020.

SIMON, R. A. **As duas aberturas**: redemocratização e política internacional no Brasil de Figueiredo (1979-1985). 2013. 155f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, UNESP-UNICAMP-PUC-SP, Marília, 2013.

SPEKTOR, M.; WHEELER, N. J.; NEDAL, D. Testemunhas da aproximação nuclear: momentos críticos. In: MALLEA, R.; SPEKTOR, M.; WHEELER, N. J. (Eds). **Origens da cooperação nuclear**: uma história oral crítica entre Argentina e Brasil. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2015.

TEIXEIRA, I. P. **O Universalismo diante da Possibilidade Europeia**: A Política Externa do Governo Figueiredo: 1979-1985. Itajaí: Ed. Univali, 2002.

URT, J. N. **Construção de confiança na América do Sul:** A política externa do governo Figueiredo (1979-1985). 134 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

VISENTINI, P. F. **A política externa do regime militar brasileiro**: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985). 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.